Mudança climática é ameaça à saúde pública[1]

Alexandre Padilha[2] e Tedros Adhanom Ghebreyesus[3]

Ondas de calor mortais, surtos crescentes de doenças infecciosas e hospitais à beira do colapso — os impactos das mudanças climáticas estão entre as maiores ameaças à saúde pública do século XXI. A cada ano, o calor extremo mata mais de 540 mil pessoas, enquanto um em cada 12 hospitais enfrenta o risco de fechamento devido às mudanças climáticas.

Esses impactos atingem com mais força os países de baixa renda e os mais pobres em todas as sociedades — os que carregam menos responsabilidade pela atual situação — criando uma tempestade perfeita que pode apagar décadas de progresso na saúde global.

Proteger as pessoas dos riscos à saúde causados pelas mudanças climáticas não é opcional — é um imperativo legal, moral e econômico para os países. A inação já custou vidas e meios de subsistência. Hoje, entre 3,3 bilhões e 3,6 bilhões de pessoas vivem em áreas de alta vulnerabilidade climática, e os hospitais enfrentam um risco 41% maior de danos causados por eventos climáticos extremos do que em 1990. Sem uma rápida descarbonização e adaptação, o número de instalações de saúde em risco poderá dobrar até 2050. Esses riscos não são abstratos. Eles afetam o ar que respiramos, os alimentos que comemos e a segurança de nossos lares.

No entanto, a recente COP30 em Belém marcou uma mudança. A saúde teve papel importante nas discussões climáticas globais. A pergunta que nos preocupa não é mais "o que devemos fazer?", mas sim "quão rápido podemos agir?".

O Brasil e outras nações demonstraram que investir em energia limpa e em políticas climáticas e de saúde traz benefícios imediatos à saúde: ar mais limpo, menos doenças respiratórias e menor sobrecarga para os sistemas de saúde. Essas medidas não são apenas boas para o planeta, mas também são economicamente eficazes e salvam vidas.

Mais importante, a COP30 apresentou um plano de ação para mudanças nos impactos climáticos na saúde. O **Plano de Ação de Saúde de Belém**, endossado por mais de 80 países e instituições, oferece um roteiro prático com *60 itens de ação* que abrangem vigilância, políticas baseadas em evidências e inovação em saúde. Seu objetivo é claro: sistemas de saúde resilientes que protejam vidas hoje e amanhã.

1. Artigo publicado em O Globo, 15/01/2026, pg. 3
2. Ministro da Saúde do Brasil
3. Diretor Geral da Organização Mundial da Saúde

O Plano de Ação é um ponto de partida, não um ponto final. A implementação tem de começar imediatamente. Os países devem integrar as metas de clima e saúde nos planos nacionais de adaptação, alocar orçamentos específicos e estabelecer mecanismos de responsabilização. A OMS e a *Aliança para a Ação Transformadora em Clima e Saúde (ATACH)* fornecerão capacidade técnica, mas o sucesso dependerá de os governos traduzirem as promessas em políticas e projetos no próximo ano.

O desafio atual exige a transformação dos sistemas de saúde em pilares centrais da adaptação climática, capazes de proteger vidas hoje e no futuro. Essa transformação requer financiamento adequado, governança inclusiva e compromisso político sustentado.

A COP30 em Belém foi mais do que simbólica — ela representou um "mutirão global" para integrar a saúde à ação climática, mobilizar investimentos para a adaptação climática e acelerar as transições para energia limpa. O desafio que temos pela frente é a implementação, e a mensagem da Amazônia é clara: quando as nações unem saúde e clima sob uma única estratégia, apoiada com fontes de financiamento e coragem política, podemos salvar milhões de vidas e construir um futuro mais justo e saudável.

Que Belém seja lembrada não apenas pelas promessas, mas pela ação que inspirou — porque o custo do atraso não deve ser medido em graus Celsius, mas sim em vidas salvas.